

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

## 2. Aprovação da ata da reunião de 20 de março

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Baixa de Iniciativa

**3.1.1. Proposta de Lei n.º 116/XIII (GOV)**, Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública

**3.1.2. Projeto de Resolução n.º 1432/XIII (PEV)** - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Castro Daire

## 4. Audição regimental do Ministro da Educação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República - 10h00

## 5. Discussão de Projetos de Resolução

**5.1. [Projeto de Resolução 1315/XIII/3.ª](#)** (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda à imediata realização de obras na Escola Secundária de Alpendurada, no Marco de Canaveses

**5.2. [Projeto de Resolução 1244/XIII/3.ª](#)** (PSD) - Pelo início imediato das Obras de reparação na Escola Secundária de Alpendorada, no Concelho de Marco de Canaveses

## 6. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias

**6.1. [COM\(2018\)23](#)** - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino

- **Deputada relatora:** Joana Mortágua (BE)

## 7. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

**7.1. [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#)** - Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama

- **Deputada relatora:** Maria Manuela Tender (PSD)

**7.2. [Petição 398/XIII/3.ª](#)** - Solicita a adoção de medidas com vista à isenção de propinas para os alunos carenciados

- **Deputada relatora:** Margarida Balseiro Lopes (PSD)

**7.3. [Petição 440/XIII/3.ª](#)** - Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação da [Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#)

- **Deputado relator:** Duarte Marques (PSD)

## 8. Outros Assuntos

## 9. Data da próxima reunião

- 03 de abril de 2018, 15h00

-----

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 2. Aprovação da ata da reunião de 20 de março

Adiada.

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Baixa de Iniciativa

**3.1.1. Proposta de Lei n.º 116/XIII (GOV)**, Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública

O Presidente da Comissão informou que em 26/3/2018 baixou à Comissão a proposta de lei acima referida, sendo competente a 1.ª Comissão e tendo conexão com a 6.ª, 8.ª, 10.ª e 11.ª Comissões. Indicou ainda que a iniciativa era distribuída ao BE para elaboração de contributo da Comissão, a remeter à 1.ª Comissão, tendo o Deputado Luís Monteiro (BE) referido que indicaria posteriormente o Deputado relator. Foi ainda informado que a apreciação do contributo seria agendada para 17 de abril.

**3.1.2. Projeto de Resolução n.º 1432/XIII (PEV)** - Reabilitação urgente da Escola Secundária de Castro Daire

Deu ainda conta da baixa à Comissão, em 20/3/2018, da iniciativa do PEV e informou que já há projetos de resolução do CDS-PP e do PSD que vão ser discutidos na Comissão, pelo que se perguntará ao PEV se pretende a discussão conjunta com as restantes iniciativas.

#### **4. Audição regimental do Ministro da Educação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República - 10h00**

O Senhor Presidente cumprimentou o Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão, a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, e o Senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa e lembrou a grelha de tempos da audição.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) colocou 4 questões: 1) tendo presente que na Declaração conjunta do Presidente Claude Juncker com o primeiro Ministro de Portugal António Costa se assumiu a liderança portuguesa num projeto piloto ao nível de formação profissional e agenda digital no valor de 246 milhões de euros, no período de 2018 a 2020, perguntou qual o impacto dessa liderança; 2) destacou a importância da reprogramação do PT2020 e pediu um comentário em relação ao reforço de 300 milhões de euros que o Governo obteve, respetivamente, para o ensino profissional e formação de adultos; 3) solicitou o ponto de situação para 2018 em relação às intervenções no parque escolar, realçando que se partiu de uma base de financiamento de apenas 350 milhões de euros neste quadro comunitário, que é 6 vezes inferior ao QREN; 4) destacou a importância do reforço, vinculação e motivação dos recursos humanos em curso e pediu informação sobre a situação dos assistentes operacionais e a aplicação da nova portaria.

O Senhor Ministro deu informações sobre a reprogramação do Acordo Portugal 2020, as dotações atribuídas ao ensino profissional, o novo Programa Qualifica, para educação de adultos, o projeto piloto no âmbito das competências da população, o estudo das competências em Portugal que está a ser feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a literacia para a população mais frágil.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) fez referência a um clima de instabilidade no Ministério da Educação, à insuficiência de orçamentação das despesas de pessoal e de capital, realçada pela Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), e à existência de múltiplas escolas sem condições. Indicou depois o desencanto dos professores, que não acreditam nos compromissos do Governo e referiu a recuperação do tempo de serviço e o faseamento do pagamento das progressões. Por último, perguntou se o concurso de mobilidade interna vai ser aberto antes das apreciações parlamentares.

O Senhor Ministro indicou que tem havido muitas reuniões com os sindicatos e resolvidas várias questões, nomeadamente, dos professores de língua gestual e do ensino artístico. Informou ainda que o descongelamento das progressões dos docentes tem efeitos desde 1/1/2018, de harmonia com o previsto no Orçamento do Estado.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) mencionou que a suborçamentação da educação é crónica, referindo que com o anterior Governo houve diminuição de docentes e de pessoal não docente. Salientou depois a precariedade do pessoal, indicando que os assistentes operacionais estão a ser contratados a prazo e não como efetivos e os técnicos especializados não estão a ter apreciação positiva no âmbito do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), situação que tem ligação com a transferência de competências para as autarquias locais. Perguntou depois se o Governo suspenderá o concurso de mobilidade até ao final das apreciações parlamentares. Realçou ainda que as dificuldades a Matemática se mantêm, equacionando a alteração dos programas, nomeadamente no Ensino Secundário. A terminar, referiu que de harmonia com a indicação da OCDE o bem-estar dos

docentes é essencial para as aprendizagens e enfatizou que os exames dificultam a flexibilização curricular.

O Senhor Ministro argumentou que o orçamento da educação tem aumentado nesta legislatura, sendo 70% da dotação para o pessoal e o Orçamento do Estado permite a vinculação de mais 3.500 docentes. Informou depois que os assistentes operacionais e os técnicos especializados têm acesso ao PREVPAP e informou que estão mais de 180 obras em curso, em colaboração com as autarquias locais. Esclareceu ainda que o concurso de mobilidade vai seguir, enquanto decorrer a apreciação parlamentar.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o reforço das competências digitais parece não estar a acontecer e pediu o mapeamento das obras que tiveram lugar no parque das escolas, referindo que dirigiram uma pergunta ao Governo e ainda não obtiveram resposta. Indicou ainda as baixas taxas de execução orçamental mencionadas no relatório da UTAO e perguntou se aguardam a passagem do pessoal não docente para as autarquias.

O Senhor Ministro referiu as insuficiências das inscrições no quadro comunitário feitas pelo anterior Governo e concretizou muitos dos acordos com as autarquias para realização de obras nas escolas, reiterando que há dezenas de obras em curso. Fez depois referência ao aumento das competências digitais, com base num programa com a União Europeia.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o descongelamento das carreiras é um ponto positivo e perguntou se estão em curso negociações com os sindicatos ou não e se o Governo vai cumprir o que está no Orçamento do Estado. Considerou depois que o concurso de mobilidade interna é uma amálgama de situações e manifestou preocupação com o facto de o Governo não aguardar as apreciações parlamentares.

O Senhor Ministro referiu que o Governo cumpre o que o Parlamento ordena, mas não se condiciona pelo mesmo. Referiu ainda que há um processo negocial, *sui generis*, com os sindicatos. O Senhor Secretário de Estado informou que colocaram tudo no mesmo concurso por uma questão de celeridade e não suspendem o concurso porque isso poderia significar que o mesmo não acabe a tempo de colocação dos professores nas escolas em setembro.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) fez menção ao programa de promoção do sucesso escolar e à evolução na literacia e perguntou que resultados podem avançar-se. Equacionou ainda a autonomia e flexibilização curricular e pediu indicação das vantagens e constrangimentos, nomeadamente a nível da estabilidade do corpo docente.

O Senhor Ministro reiterou que a negociação que está a ser levada a cabo com os sindicatos é *sui generis*. O Senhor Secretário de Estado fez referência à monitorização da eficácia das práticas mais eficazes a nível do insucesso escolar, salientando que o trabalho deve ser continuado e não tem efeitos rápidos e realçou ainda a monitorização das práticas de flexibilização e a necessidade de um corpo docente mais estável.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) realçou o envelhecimento do corpo docente e perguntou quais as medidas que o Governo está a perspetivar. Referiu depois que o Ministro da Educação comprometeu-se a reunir com os sindicatos trimestralmente e não o faz desde setembro de 2017. Questionou ainda quantos assistentes operacionais vai haver nas escolas no final do ano letivo e informou que ainda vão faltar 1.000 assistentes. A terminar, questionou a situação do parque tecnológico, realçando que falta *know how* das escolas e pedindo indicação da estratégia que vai ser seguida.

O Senhor Ministro respondeu que o envelhecimento do corpo docente tem de ser tratado e indicou várias medidas tomadas. Esclareceu depois que os assistentes operacionais contratados serão abrangidos pelo PREVPAP. Indicou ainda que muitos assistentes chegaram às escolas no

1.º período e está previsto um reforço de pessoal desta carreira, nomeadamente para a educação pré-escolar.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que ainda não conhecem o novo diploma respeitante aos apoios a nível das necessidades educativas especiais, salientou que há informação de que os novos contratos dos assistentes operacionais não podem ser abrangidos pelo PREVPAP e perguntou quando vão começar as negociações com os sindicatos, incluindo para os técnicos especializados.

O Senhor Ministro realçou que a revisão do [Decreto-Lei n.º 3/2008](#), respeitante à educação especial, foi muito debatida e indicou que o Ministério tem ampliado a resolução de matérias nesse âmbito. A Senhora Secretária de Estado referiu que a criação de uma carreira especial para os assistentes operacionais não depende do Ministério da Educação, mas no diploma setorial da transferência de competências para as autarquias locais é aprovado em anexo um conteúdo funcional dos assistentes que estão nas escolas. Informou ainda que estão a ser abertos concursos para encarregados e em relação ao concurso de mobilidade interna indicou que há muitas vagas.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) questionou se o recrutamento de professores do ensino artístico especializado vai ser feita com um concurso autónomo ou se vão ser incluídos no geral. Colocou ainda outras questões, a saber, se o pessoal não docente vai ser colocado atempadamente nas escolas, se vai haver um quadro para técnicos especializados em cada direção de serviços regional e quando vai ser alterado o conteúdo funcional dos docentes, sendo libertos de tarefas burocráticas.

O Senhor Ministro informou que os técnicos especializados estiveram na escola em 1/9/2017. A Senhora Secretária de Estado esclareceu que vai ser realizado um concurso para técnicos especializados e está a ser equacionado se o mesmo será para o quadro da escola ou para a direção regional. Indicou ainda que o recrutamento de professores para o ensino artístico terá um regime específico, a pedido dos Conservatórios.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu a indicação do número de trabalhadores contratados à hora e a tempo parcial, referindo que há a indicação de que são cerca de 3.500. A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) perguntou depois que contributos das entidades foram integrados no novo diploma das necessidades educativas especiais e defendeu que há retrocesso no regime.

O Senhor Ministro informou que há um esforço do Ministério para diminuir as contratações com falta de estabilidade, à hora ou em tempo parcial. Referiu ainda que na revisão do regime das necessidades educativas especiais se tiveram em conta os princípios de cooperação e transição para a vida ativa. A terminar, referiu que a lei do PREVPAP não exclui pessoal em tempo parcial. O Senhor Secretário de Estado prestou várias informações, indicando que o projeto de diploma do ensino especial aguarda o parecer do Conselho Nacional de Educação, que as escolas podem solicitar meios adicionais e que o professor do aluno com necessidades educativas especiais é o professor dos restantes alunos.

A Senhora Deputada Elza Pais (PS) pediu o ponto de situação em relação ao projeto piloto de educação para a cidadania.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu que o ensino profissional na escola pública no concelho de Mértola está em risco, só existindo atualmente na escola profissional, tendo pedido informação sobre o levantamento feito pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e sobre o financiamento à escola profissional.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) enfatizou o subfinanciamento na educação e as deficiências nas escolas e perguntou qual o futuro da Parque Escolar, E.P.E. Questionou ainda se se está a ser ponderado um regime especial para aposentação dos docentes.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) perguntou se no próximo ano letivo já haverá um novo regime para as necessidades educativas especiais e pediu o ponto de situação em relação ao *Preliminary English Test (PET)*.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) deu conta da aprovação de resoluções no sentido de a nota da disciplina de Educação Física passar a contar para a média do Ensino Secundário e perguntou se vai ser aplicada aos alunos que entrarem no próximo ano. Referiu depois as deficiências de várias escolas e pediu o ponto de situação das obras. Solicitou também o ponto de situação em relação ao modelo de avaliação do ensino artístico.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) pediu informação sobre a solução de financiamento do ensino profissional nas escolas públicas e o programa de autonomia e flexibilização, pedindo a sua avaliação antes do alargamento.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) fez referência à literacia na leitura e à baixa de resultados e pediu concretização dos programas já anunciados.

A Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD), reportando-se ao ensino profissional, questionou em que áreas incidirá, qual o reforço de verbas, o calendário e as medidas tomadas.

A Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD) equacionou a redução de amianto nas infraestruturas escolares e perguntou quando se vai concluir, qual o mapeamento e calendário das escolas em falta e se o pagamento vai ser feito pela administração central ou pelas autarquias.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) referiu a importância da equidade na educação e a meta governamental quanto à universalização da educação pré-escolar, destacando a verba de 568 milhões de euros prevista no Orçamento e solicitou ponto de situação dessa universalização dos 3 aos 5 anos. Referiu depois a aposta na Ação Social Escolar e pediu informação sobre o serviço de refeições escolares, nomeadamente o seu fornecimento nas férias da Páscoa nas Escolas TEIP e sobre a entrega dos manuais escolares, alargada ao universo do 1.º ciclo neste ano letivo, e as perspetivas futuras nesse âmbito.

Os membros do Governo prestaram as seguintes informações: 1) o problema do concelho de Mértola é a falta de alunos, perspetivando-se um benefício para os territórios de baixa densidade; 2) o ensino profissional será pago por fundos comunitários e o resto pelo Estado, havendo mais verbas no novo programa; 3) há um reforço no programa de literacia; 4) a remoção do amianto é uma prioridade, sendo o programa desenvolvido com o Ministério do Ambiente; 5) o Governo tem um compromisso relativamente à disciplina de Educação Física, para implementar o mais breve possível; 6) a temática da cidadania e desenvolvimento é desenvolvida nas escolas no âmbito da flexibilidade, havendo um incremento das parcerias das escolas com associações, sendo o tema analisado transversalmente em várias disciplinas e perspetivando-se 1 coordenador da área em cada escola; 7) em relação à definição da rede escolar, estão a ser fixados critérios mais objetivos e critérios de desempenho na afetação, sendo 30% da rede decidida no município; 8) estão a dialogar com as embaixadas para a

certificação dos exames de várias línguas, incluindo o *Preliminary English Test (PET)*; 9) estão a fazer a avaliação do programa de autonomia e flexibilização, que é só para as escolas que se disponibilizarem, e maioritariamente a coordenação é feita por outrem que não o diretor da escola; 10) no âmbito do plano de leitura está a ser feito o reforço das bibliotecas escolares; 11) as intervenções nas escolas estão em análise; 12) são disponibilizadas mais salas de educação pré-escolar, particularmente nas áreas metropolitanas, que têm menor cobertura e está a ser alargada a universalização da mesma, com recurso às instituições do setor social; 13) estão a ser atribuídas refeições nas férias do Natal e da Páscoa.

A Senhora Deputada Manuela Tender (PSD) questionou a contagem do tempo de serviço congelado.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) pediu justificação da contratação dos assistentes técnicos como tarefeiros.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) pediu o ponto de situação em relação ao não pagamento integral das despesas dos alunos do ensino profissional.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) pediu o calendário para a concretização do compromisso em relação à disciplina de Educação Física e equacionou os espaços para a prática desportiva e as deficiências das escolas.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) pediu informação sobre as deficiências de várias escolas.

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) referiu as deficiências da Escola Secundária de Vendas Novas e perguntou para quando se prevê a intervenção na mesma e se será feita ao abrigo do Programa 2020 ou de outro.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) referiu que a Escola de Tortosendo não tem espaço para a prática desportiva e perguntou quando lhe será atribuído.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) aludiu à existência de mais programas do Governo, à flexibilidade e autonomia curricular, à evolução na estabilidade e pediu a concretização do plano.

O Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) pediu informação sobre o regime especial de aposentação para os docentes e sobre o futuro da Parque Escolar, E.P.E.

Os membros do Governo prestaram as seguintes informações: 1) a Parque Escolar, E.P.E. tem estado a tratar das obras em várias escolas e no Conservatório de Lisboa; 2) vai ser desenvolvido um projeto piloto com a União Europeia e feita a reprogramação do Programa 2020; 3) o programa de flexibilidade e autonomia terá um reforço em algumas áreas; 4) a OCDE saúda as políticas públicas de educação em Portugal; 5) a disciplina de Matemática regista muitas negativas e retenções, em ligação com a situação social dos alunos, estando a analisar os programas para identificar as competências essenciais e indicadores e avaliar as metodologias; 6) no âmbito das necessidades educativas especiais, está a ser feita a formação dos formadores;

7) muitas autarquias locais celebraram acordos com o Ministério da Educação para a realização de obras nas escolas.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

## 5. Discussão de Projetos de Resolução

5.1. [Projeto de Resolução 1315/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda à imediata realização de obras na Escola Secundária de Alpendurada, no Marco de Canaveses

5.2. [Projeto de Resolução 1244/XIII/3.ª](#) (PSD) - Pelo início imediato das Obras de reparação na Escola Secundária de Alpendorada, no Concelho de Marco de Canaveses

A discussão conjunta dos 2 Projetos de Resolução foi adiada.

## 6. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias

6.1. [COM\(2018\)23](#) - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino

- **Deputada relatora:** Joana Mortágua (BE)

Adiado.

## 7. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

7.1. [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama

- **Deputada relatora:** Maria Manuela Tender (PSD)

Adiado.

7.2. [Petição 398/XIII/3.ª](#) - Solicita a adoção de medidas com vista à isenção de propinas para os alunos carenciados

- **Deputada relatora:** Margarida Balseiro Lopes (PSD)

Adiado.

7.3. [Petição 440/XIII/3.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação da [Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#)

- **Deputado relator:** Duarte Marques (PSD)

Adiado.

## 8. Outros Assuntos



O Presidente da Comissão lembrou que no dia 4 de abril teria lugar uma reunião com Deputados do Parlamento Europeu, tendo pedido aos Grupos Parlamentares que indicassem os Deputados que estariam presentes.

## 9. Data da próxima reunião

- 03 de abril de 2018, 15h00

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de março de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

*pl* *he rub Bess*  
(Alexandre Quintanilha)

## Folha de Presenças

**Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:**

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ana Sofia Bettencourt  
Ilda Araújo Novo  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
Ana Passos  
Elza Pais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista  
Ivan Gonçalves  
Lúcia Araújo Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão